

**UNIMED DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS
CNPJ 31.432.792/0001-05**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**

VALORES EM R\$

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A UNIMED DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS, Sociedade Civil de Responsabilidade Limitada, constituída e regida de acordo com a legislação cooperativista, tem por objetivo promover a organização, orientação, integração e coordenação dos interesses das cooperativas de trabalho médico do Estado do Rio de Janeiro, nos casos de interesse comum e nas atividades que transcendam a capacidade e/ou conveniência da atuação das cooperativas singulares federadas. Está também registrada como operadora de planos de saúde junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar.

NOTA 2 – PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No cumprimento de suas atividades, a UNIMED DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS administra a câmara de compensação estadual, os fundos mútuos de diluição de riscos, o fundo estadual de marketing, coordena a central estadual de atendimento a usuários e prestadores e presta assessoria técnica para as federadas.

NOTA 3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os preceitos da legislação cooperativista (Lei 5.764/71) e no que couber, às normas relativas às sociedades por ações (Lei 6.404/76) e alterações posteriores como a Lei 11.638/07, e obedecem ainda a legislação emanada pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, conforme plano de contas estabelecido pela RN 290 de 27 de fevereiro de 2012, atualizado pelas RN 390/2015, RN 418/2016 e RN 430/2017, como também parcialmente os aspectos relacionados às Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009 e as regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovadas pela ANS. A entidade também atendeu os quesitos da NBCT 10.21, na formatação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2017, de forma a permitir a comparabilidade.

NOTA 4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais diretrizes contábeis observadas na elaboração das demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2018 foram as seguintes:

a) Regime de Escrituração

A Cooperativa adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) Ciclo operacional

Os ativos e passivos circunscritos em um período previsto até o final do exercício seguinte estão classificados como curto prazo e os excedentes como longo prazo.

c) Aplicações financeiras

Estão demonstradas ao valor de aplicação acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício. A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear as provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS. As aplicações financeiras são avaliadas pelo seu valor justo.

d) Contas a Receber e Provisão para Perdas Sobre Créditos

As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. As provisões foram efetuadas de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.3 da Resolução Normativa nº 418 da ANS e transcritos abaixo:

10.2.3.1 Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada.

10.2.3.2 Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.

10.2.3.3 Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada.

e) Investimentos

Os investimentos permanentes realizados foram avaliados pelo método do custo de aquisição por não se tratar de investimentos em empresas com influência significativa ou controladas, ou ainda por tratarem-se de entidades cooperativas.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A lei 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/96. As depreciações foram calculadas pelo método linear às taxas permitidas pela legislação fiscal.

g) Intangível

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos, bem como licenças para usos dos mesmos, os quais são amortizados usando-se o método linear ao longo da vida útil dos itens que o compõem.

h) Ativos e Passivos – circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a entidade possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i) Apuração de resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas as parcelas atribuíveis do imposto de renda e contribuição social.

NOTA 5 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O total de aplicações garantidoras de provisões técnicas é de R\$ 5.025.284,84 (R\$2.870.835,25 em 2017) enquanto que o total de aplicações livres é de R\$2.785.734,33 (R\$ 9.111.728,37 em 2017).

NOTA 6 – CONTAS A RECEBER E A PAGAR DE UNIMEDS

Refere-se ao resultado da Câmara de Compensação Estadual, decorrente das transações de Intercâmbio Eventual entre as federadas, e da cobrança da Contribuição Social e dos demais serviços prestados pela Federação. Também registrado nesse grupo no passivo os Fundos Federativos de Diluição de Riscos.

Definição do Intercâmbio Eventual conforme Manual de Contabilidade do Plano de Contas Padrão da ANS: *“Intercâmbio Eventual ocorre quando um beneficiário de uma operadora, por um motivo não recorrente, é atendido em uma localidade diferente da região de operação da operadora contratada e por um acordo entre operadoras, a operadora local presta o atendimento e cobra o valor integral da operadora que detém o contrato.”*

O Intercâmbio Eventual praticado entre as federadas e transacionado na Câmara de Compensação é registrado em contas patrimoniais, não transitando por contas de resultado por não configurarem operação de receita ou despesa da Unimed Federação Rio, a qual figura como intermediadora e responsável pela liquidação financeira, quando do encerramento mensal, apurando através de encontro de contas os valores a pagar e a receber de suas federadas.

A Unimed Federação Rio também administra Câmaras de Compensação Interfederativas, compreendendo o resultado do Intercâmbio Eventual praticado por suas federadas com Unimeds de outras Federações Estaduais.

Os valores registrados em 31/12/2018, descritas no quadro abaixo, nas rubricas de ‘Câmara de Compensação a Receber – Federativa e Interfederativa’ (ativo) e ‘Câmara de Compensação a Pagar – Federativa e Interfederativa’ (passivo) referem-se à Câmara de Compensação do mês de dezembro de 2018, com vencimento e liquidação financeira em janeiro de 2019.

Termos de Confissão e Renegociação de Dívidas

- **PARCELAMENTO UNIMED RIO**

No mês de novembro de 2016 a federada Unimed Rio assinou Termo de Compromisso tendo como primeiros compromissários o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Ministério Público Federal, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; tendo como segundos compromissários a Unimed do Brasil, Unimed Seguros Saúde S.A., Central Nacional Unimed e Unimed do Estado do Rio de Janeiro – Federação Estadual das Cooperativas Médicas; tendo como terceiros compromissários o SINDHRIO – Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Casas de Saúde do Município do Rio de Janeiro, FEHERJ – Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a AHERJ – Associação dos Hospitais do Estado do Rio de Janeiro; e tendo como quartos compromissários os prestadores de serviços hospitalares, de serviços de análises e diagnóstico e de intercâmbio do sistema Unimed. O referido Termo de Compromisso expressa o interesse dos compromitentes na implementação de práticas que constituam garantias de direitos para os consumidores de planos de saúde, com vistas a assegurar a continuidade e a manutenção da qualidade dos serviços de assistência à saúde dos usuários da Unimed Rio.

O Termo de Compromisso contempla também um parcelamento dos débitos da Unimed Rio com o Intercâmbio Estadual e Nacional, em sessenta vezes. A Unimed Rio participa da Câmara de Compensação Estadual, e os valores parcelados

referem-se aos débitos vencidos até novembro-2016, segregados em curto e longo prazo. Tal parcelamento vem sendo honrado pela Unimed Rio de acordo com as novas datas de vencimento. As faturas emitidas após essas datas estão sendo quitadas normalmente dentro dos vencimentos.

Durante o ano de 2017 foram efetuadas antecipações de pagamentos, sendo assinado em 31/01/2018 entre a Unimed Rio e Unimed Federação Rio, Instrução do Cumprimento do Termo de Compromisso, ajustando a quantidade e valores das parcelas mensais, com previsão de encerramento em julho-2020.

- **Instrumento de Transação Civil com Confissão de Dívidas – Unimed Angra dos Reis**

Foi celebrado entre a Unimed Angra dos Reis (devedora) e a Unimed do Estado do Rio de Janeiro Federação Estadual das Cooperativas Médicas (credora), Instrumento de Transação Civil com Confissão de Dívida, para pagamento da dívida remanescente da Singular com a Câmara de Compensação Estadual vencida e não paga apurada até 31 de dezembro de 2018.

O montante total dos débitos vencidos e não pagos pela Singular até 31/12/2018 era de R\$ 24.946.990,13, do qual foram deduzidos imóveis transferidos para a Unimed Federação Rio como dação de pagamento, no valor de R\$ 9.090.000,00 (nove milhões e noventa mil reais) conforme escritura lavrada em dezembro de 2018, restando a dívida consolidada e objeto do parcelamento de R\$ 15.856.990,13 (quinze milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, novecentos e noventa reais e treze centavos).

O pagamento da dívida consolidada se dará no prazo máximo de 60 (sessenta) meses contados da assinatura do instrumento, em 31/12/2018, da forma descrita abaixo:

- a) Repasse pela **UNIMED VOLTA REDONDA** do valor devido para a **UNIMED ANGRA DOS REIS** relativo a aquisição de sua carteira, no montante de R\$5.881.272,84 (cinco milhões, oitocentos e oitenta e um mil, duzentos e setenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, a primeira com vencimento em 20/02/2019;
- b) Repasse pela **UNIMED VOLTA REDONDA** de 20% da produção bruta dos cooperados da **UNIMED ANGRA DOS REIS** em 48 (quarenta e oito) meses contados a partir de 20/04/2019, com parcela mensal prevista de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), totalizando R\$ 2.880.000,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta mil reais);

- c) Recursos resgatados provenientes das aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, no ato de sua liberação, no total de R\$ 7.095.717,29 (sete milhões, noventa e cinco mil, setecentos e dezessete reais e vinte e nove centavos).
- d) Também serão destinados para quitação da dívida todos os valores eventualmente recebidos pela Unimed Angra dos Reis decorrentes dos aportes devidos e não efetivados pela BEM BENEFÍCIOS ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA.

- **Instrumento de Confissão de Dívida – Unimed Serra dos Órgãos**

Foi celebrado entre a Unimed Serra dos Órgãos (devedora) e a Unimed do Estado do Rio de Janeiro Federação Estadual das Cooperativas Médicas (credora), Instrumento de Confissão de Dívida, relativo aos débitos remanescentes da Singular com a Câmara de Compensação do Rio de Janeiro apurados até 31 de dezembro de 2018, no montante consolidado de R\$ 6.343.261,58 (seis milhões, trezentos e quarenta e três mil duzentos e sessenta e um reais e cinquenta e oito centavos).

O pagamento se dará através de repasse para a Unimed Federação Rio dos recursos provenientes das aplicações garantidoras das provisões técnicas da Unimed Teresópolis quando da liberação por parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que vem ocorrendo gradativamente após a transferência da carteira da singular para a Unimed Nova Friburgo, sendo que inclusive foram efetuados pagamentos para a Federação após a assinatura do Termo.

Em apurando-se insuficiência do saldo das aplicações financeiras vinculadas aos atuais ativos garantidores à quitação da dívida confessada, a UNIMED SERRA DOS ÓRGÃOS dá em garantia em favor da UNIMED FEDERAÇÃO RIO, para satisfação do crédito desta, as importâncias que tiver a receber da UNIMED NOVA FRIBURGO relativas às distribuições dos resultados positivos da carteira cedida, bem como a produção dos seus cooperados, independentemente de penhora judicial.

- **Termo de Confissão de Dívida e Instrumento de Cessão de Crédito – Unimed Federação Rio x Unimeds Credoras**

Conforme já descrito, a Câmara de Compensação contempla as transações de Intercâmbio entre as Unimeds do Estado do Rio de Janeiro, apurando-se através de encontro de contas as Unimeds devedoras, que devem efetuar pagamento para a Unimed Federação Rio, que por sua vez repassa os valores recebidos para as Unimeds credoras.

Os débitos objeto da Confissão de Dívidas das Unimeds Angra dos Reis e Unimed Serra dos Órgãos são provenientes da Câmara de Compensação apuradas e não pagas do período de Março-2018 a Dezembro-18. Por conta disso, a Unimed Federação Rio não efetuou o repasse para as Unimeds credoras na mesma proporção dos débitos não recebidos.

Dessa forma, a Unimed Federação Rio celebrou Termos de Confissão de Dívidas na condição de devedora junto às Unimeds credoras, as quais cederam seus créditos por meio do Instrumento de Cessão de Créditos, assinados em 31 de dezembro de 2018.

O valor total da dívida reconhecida pela Unimed Federação Rio para repasse para às Unimeds credoras é de R\$ 16.478.121,29 (dezesseis milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, cento e vinte e um reais e vinte e nove centavos) referente aos débitos da Unimed Angra dos Reis, e de R\$ 2.998.332,99 (dois milhões, novecentos e noventa e oito mil, trezentos e trinta e dois reais e noventa e nove centavos) referente aos débitos da Unimed Serra dos Órgãos, segregados em curto e longo prazo, demonstrados no quadro abaixo e registrado na rubrica *Outros Débitos com Operadoras*, a qual contempla também o saldo remanescente do Termo de Compromisso da Unimed Rio.

- **Fundamentação para não constituição de Provisão de Perdas Sobre Créditos**

Com a Confissão e Renegociação de Dívidas, os débitos e créditos apurados passaram a ter novo vencimento, não estando mais na condição de vencidos, conforme dispõe o Código Civil Brasileiro que reproduzimos:

‘CAPÍTULO VI - Da Novação

Art. 360. Dá-se a novação: I – quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior; ‘

Ressalta-se também que os valores registrados a receber, no Ativo, estão diretamente ligados aos créditos a serem repassados para as credoras, registrados no passivo. Ainda, por serem oriundos da Câmara de Compensação, não transitaram pelo resultado da Unimed Federação Rio, pois essa atua como administradora e intermediadora, sendo registrados nas contas patrimoniais.

Por todo o exposto, não há fundamentação para constituição de Provisão de Perdas Sobre Créditos.

FUNDOS COMUNS FEDERATIVOS

O objeto dos Fundos Comuns Federativos - PAC – Procedimentos de Altos Custos em Cardiologia e PAAS – Programa de Amparo a Altos Sinistros consistem em propiciar a diluição dos custos e dos riscos das Federadas, quando da prestação de procedimentos de alto custo e de complexidade, sobretudo na área cardiológica.

O PAC e o PAAS são fundos comuns solidários, sem vínculo direto com a singular contribuinte, capitalizado por todos os participantes e administrado pela Unimed Federação Rio, sendo que seus recursos são aplicados no pagamento e reembolso dos atendimentos prestados aos beneficiários das Unimeds participantes.

É cobrado um valor mensal de cada singular baseado no número de usuários, variando conforme o histórico de utilização. Esses recursos capitalizam o fundo, e são utilizados nos pagamentos dos atendimentos de alto custo em cardiologia, no caso do PAC, e no reembolso de contas hospitalares no PAAS.

Até o ano de 2017 a contabilização se dava no grupo 2.18.88 – *Outros Débitos a Pagar*, passando em 01/01/2018 para o grupo 2.14.88 – *Outros Débitos Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora*, atendendo às disposições da Resolução Normativa nº 430 de 07 de dezembro de 2017.

COMPOSIÇÃO DOS SALDOS DE CONTAS A RECEBER E CONTAS A PAGAR UNIMEDS

<u>ATIVO CIRCULANTE - Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora</u>	<u>A vencer</u>	<u>Total</u>
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO FEDERATIVA	45.708.113,78	45.708.113,78
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO INTERFEDERATIVA	2.090.001,04	2.090.001,04
<u>OUTROS CRÉDITOS COM OPERADORAS</u>		
<u>Confissão e Negociação de Dívidas - Parcelas de Curto Prazo</u>		
Unimed Angra dos Reis	8.991.971,86	8.991.971,86
Unimed Rio	9.693.047,11	9.693.047,11
Unimed Serra dos Órgãos	6.343.261,58	6.343.261,58
TOTAL CONTAS A RECEBER - UNIMEDS - ATIVO CIRCULANTE	72.826.395,37	72.826.395,37
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE - TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</u>		
<u>OUTROS CRÉDITOS COM OPERADORAS</u>		
<u>Confissão e Negociação de Dívidas - Parcelas de Longo Prazo</u>		
Unimed Angra dos Reis	6.865.018,27	6.865.018,27
Unimed Rio	5.948.914,78	5.948.914,78
TOTAL CONTAS A RECEBER - UNIMEDS - ATIVO NÃO CIRCULANTE	12.813.933,05	12.813.933,05

PASSIVO CIRCULANTE - Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos Saúde da Operadora	A vencer	Total
CAMARA DE COMPENSAÇÃO FEDERATIVA	36.688.360,56	36.688.360,56
CAMARA DE COMPENSAÇÃO INTERFEDERATIVA	2.020.577,85	2.020.577,85
<u>OUTROS DÉBITOS COM OPERADORAS</u>		
Confissão e Negociação de Dívidas - Parcelas de Curto Prazo	17.566.548,88	17.566.548,88
FUNDOS COMUNS FEDERATIVOS	10.283.803,61	10.283.803,61
TOTAL CONTAS A PAGAR - UNIMEDS - PASSIVO CIRCULANTE	66.559.290,90	66.559.290,90
<u>OUTROS DÉBITOS COM OPERADORAS - NÃO CIRCULANTE</u>		
Confissão e Negociação de Dívidas - Parcelas de Longo Prazo	19.743.759,56	19.743.759,56

NOTA 7 – INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Unimed do Brasil	10.977.831,90	8.480.352,30
Unimed Participações	3.522.845,29	3.522.845,29
Bens destinados a renda (i)	9.090.000,00	-
Outros Investimentos (ii)	1.444.330,00	1.444.330,00
TOTAL	25.035.007,19	13.447.527,59

(i) Imóveis recebidos em dação de pagamento - Termo de Confissão de Dívida com Unimed Angra dos Reis - Vide Nota Explicativa nº 6.

(ii) Referem-se à participação em outras entidades do sistema UNIMED: Unimed Central Nacional, Sicredi Rio, Unicred Central, Unimed Seguradora, Portal Unimed.

NOTA 8 – IMOBILIZADO/INTANGÍVEL

	<u>SALDOS</u> <u>31/12/2017</u>	<u>ADIÇÕES</u>	<u>BAIXAS</u>	<u>SALDOS</u> <u>31/12/2018</u>
TANGIVEL		-	-	-
Custo corrigido				
Edificações	4.022.968,03	-	-	4.022.968,03
Móveis e Utensílios	1.222.217,30	21.647,67	-	1.243.864,97
Instalações	1.087.018,64	-	-	1.087.018,64
Instalações Central 0800	287.230,06	-	-	287.230,06
Equipamentos de Comunicação	149.231,88	27.003,93	-	176.235,81
Computadores e Periféricos	3.806.261,79	51.549,76	-	3.857.811,55
Máquinas e Equipamentos	89.876,44	3.563,48	-	93.439,92
Total Custo Corrigido	10.664.804,14	103.764,84		- 10.768.568,98
Depreciações acumuladas				
Edificações	(1.445.798,00)	(160.918,69)	-	(1.606.716,69)
Móveis e Utensílios	(928.131,75)	(70.443,35)	-	(998.575,10)
Instalações	(1.005.888,62)	(68.263,57)	-	(1.074.152,19)
Instalações Central 0800	(269.175,75)	(15.632,66)	-	(284.808,41)
Equipamentos de Comunicação	(111.211,12)	(6.578,00)	-	(117.789,12)
Computadores e Periféricos	(3.209.746,03)	(218.520,35)	-	(3.428.266,38)
Máquinas e Equipamentos	(88.060,10)	(478,68)	-	(88.538,78)
Total Depreciações Acumuladas	(7.058.011,37)	(540.835,30)		- (7.598.846,67)
TOTAL IMOBILIZADO	3.606.792,77	(437.070,46)		- 3.169.722,31

	SALDOS 31/12/2017	ADIÇÕES	BAIXAS	SALDOS 31/12/2018
INTANGÍVEL				
Software	2.786.790,70	681.731,53	-	3.468.522,23
Software em Desenvolvimento	309.600,00	39.600,00	309.600,00	39.600,00
Total Custo Corrigido	3.096.390,70	721.331,53	309.600,00	3.508.122,23
Depreciações acumuladas				
Software	(2.738.949,42)	(168.173,78)	-	(2.907.123,20)
Total Depreciações Acumuladas	(2.738.949,42)	(168.173,78)	-	(2.907.123,20)
TOTAL INTANGÍVEL	357.441,28	553.157,75	309.600,00	600.999,03

NOTA 9 – RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo exceto outros valores e bens e créditos tributários, for maior que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

NOTA 10 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Em conformidade com avaliação dos assessores jurídicos, foram constituídas provisões de contingências, registradas no Passivo Não Circulante, destinadas a fazer frente a eventuais perdas em processos trabalhistas e obrigações fiscais e cíveis de processos judiciais em andamento.

A entidade é ré em 12 processos judiciais, sendo 03 classificados como perdas prováveis no valor de R\$ 100.922,50 e outros 04 classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 3.656.336,83. O montante considerado como provável está provisionado na sua totalidade.

NOTA 11 – PROVISÃO DE REMISSÃO - PARJ

Em atendimento às Resoluções Normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – RN 75 e RN 104, que dispõem sobre a provisão para remissão, foi constituída nos exercícios de 2007 a 2010, Provisão Técnica-Operacional do PARJ – Plano de Assistência do Rio de Janeiro, em nome das 14 singulares participantes do programa, calculado com base em Nota Técnica Atuarial aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, através do Ofício DIOPE Nº 567/2007, de 22 de junho de 2007.

No entanto, no citado Ofício, a ANS solicitou alterações no Instrumento Jurídico que regula as responsabilidades da Unimed Federação do Rio de Janeiro e de suas Federadas quanto à garantia de atendimento médico hospitalar dos beneficiários remidos.

Em resposta, a Unimed Federação do Rio de Janeiro procedeu às alterações solicitadas, encaminhando resposta para apreciação da ANS em 11 de julho de 2007, permanecendo sem resposta até a presente data.

A provisão registrada em 31 de dezembro de 2018 apresenta um saldo total de R\$12.098.145,00, segregada entre passivo circulante e passivo não circulante.

A operadora está inserida em Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras – TAOEF, recepcionado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS em 01/10/2018, com prazo de vigência de 24 meses para resolução da insuficiência de ativos garantidores sobre as provisões técnicas.

NOTA 12 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está representado pela participação de 20 federadas (20 federadas em 2017), atingindo o montante de R\$ 13.829.051,56 (R\$ 11.554.292,17 em 2017), totalmente realizado.

NOTA 13 – FATES E FUNDO DE RESERVA

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é constituído pela destinação de 5% das sobras líquidas do exercício e pela destinação do resultado apurado nos atos não cooperativos. Seu montante em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 164.826,61 (R\$ 272.865,60 em 2017).

A Reserva Legal é constituída pela destinação de 10% das sobras líquidas do exercício. Seu montante em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 2.240.615,31 (R\$2.120.415,84 em 2017).

NOTA 14 – CONSTITUIÇÃO DE FATES E FUNDO DE RESERVA

Conforme regras descritas no Art. 28 da Lei nº 5.764/1971 e esclarecidas pela Resolução CFC 1.013/05, registramos abaixo a nossa base para o cálculo de constituição do Fundo de Reserva e do FATES.

Descrição	2018	2017
Resultado do Exercício – DRE	1.213.393,06	2.815.243,74
Resultado de Atos Não Cooperativos destinados ao FATES – Art. 87 da Lei nº5.764/71	(11.398,34)	(133.809,38)
Sobras Ajustadas do Exercício	1.201.994,72	2.676.187,52
Juros sobre Capital	-	(1.310.415,92)
Fundo de Reserva – 10%	(120.199,47)	(267.618,75)
FATES – 5%	(60.099,74)	(133.809,38)
Sobras à disposição da Assembleia	1.021.695,51	964.343,47

NOTA 15 – DESPESAS DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

As despesas de atos não cooperativos são formadas pelas despesas não operacionais, impostos e pela alocação de dispêndios rateados proporcionalmente aos ingressos dos atos cooperativos e as receitas dos atos não cooperativos.

NOTA 16 – COBERTURA DE SEGUROS

A entidade mantém seguros sobre seus bens junto à seguradora de primeira linha, para salvaguardar seus ativos, os quais os administradores entendem serem suficientes para a cobertura de eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

NOTA 17 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações envolvendo instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão devidamente registradas em contas patrimoniais e seus valores equivalem, aproximadamente, aos seus valores de mercado.

NOTA 18 – PARTES RELACIONADAS

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que se relaciona de maneira relevante com a instituição. A Resolução CFC 1297/10 e o CPC 05, no ponto 20, citam a obrigação de registrar em notas explicativas o montante a pagar e a receber das partes relacionadas. Destacamos entre as nossas partes relacionadas os nossos membros estatutários e as pessoas jurídicas ligadas aos mesmos. As transações com partes relacionadas se referem apenas aos valores de cédulas de presença, não sendo valores relevantes no contexto da Unimed Federação.

NOTA 19 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

NOTA 20 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Conforme estipulado no item 9.5.7.10 da Resolução Normativa nº 314 da ANS informamos que não houve lançamentos de ajustes de exercícios anteriores em 2018.

NOTA 21 – MARGEM DE SOLVÊNCIA

A entidade apresenta Margem de Solvência suficiente em relação ao disposto na Resolução Normativa nº 209 da ANS alterada pela Resolução Normativa nº 313 de 23 de novembro de 2012.

NOTA 22 – GARANTIAS FINANCEIRAS

A Resolução Normativa nº 392 da ANS estabelece a necessidade de estabelecer garantias financeiras para as provisões efetuadas de acordo com o estabelecido na Resolução Normativa nº 209 da ANS e alterações posteriores.

A entidade possui em 31 de dezembro de 2018 aplicações garantidoras de provisões técnicas no montante de R\$ 5.025.284,84 (R\$ 2.870.835,25 em 2017) junto ao Banco Santander S/A.

NOTA 23 – SEGREGAÇÃO DE EVENTOS

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar intitulado EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2018 está consistente com os valores do grupo 4111. O quadro abaixo foi preenchido pelos valores líquidos de Glosas, Recuperação por Coparticipação e Outras Recuperações.

- Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido – Carteira de Planos Individuais/Familiares pós Lei nº 9.656/1998:

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	-	-	-	-	-	-	-
Reembolso	-	-	-	-	-	-	-
Intercâmbio Eventual	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-

NOTA 24 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

Na elaboração dos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos consideramos ajustes entre os saldos das contas patrimoniais para eliminar efeitos de variações que efetivamente não representaram movimentação de caixa em conformidade com a NBC TG 03 (R2), aprovada pela Resolução 1.296/10 do Conselho Federal de Contabilidade.

NOTA 25 – COMPARTILHAMENTO DE RISCO (RN 430/2017)

A RN 430, de 07 de dezembro de 2017, dispôs sobre a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde. Tal legislação não surtiu qualquer efeito nas contabilizações do ano de 2018 uma vez que a entidade não prestou qualquer atendimento a usuários de outras operadoras, assim como nenhum de seus beneficiários foi atendido por outra operadora em modalidades de intercâmbio ou de compartilhamento de risco, seja de forma eventual quanto de forma habitual.

Rio de Janeiro - RJ, 31 de dezembro de 2018.

Dr. Emílson Ferreira Lorca
Presidente

Dr. Oscar Ferreira Leite Pinto
Diretor Financeiro

Samuel Joaquim de Oliveira
Contador CRC-SP-191934/0-1-S-RJ